



DOSSIÊ

**Sobreviver não é viver:****Transfobia, Mandonismo e as Heranças do Pensamento Social Brasileiro**

Ariane Moreira de Senna, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Resumo. Este artigo propõe uma análise sobre os impactos da transfobia no Brasil a partir do pensamento social brasileiro, articulando os conceitos de mandonismo, colonialidade e subalternização dos corpos dissidentes de gênero. A reflexão tem como eixo central compreender como os processos históricos de colonização, escravização e autoritarismo estruturaram e continuam estruturando a marginalização de mulheres trans e travestis no Brasil. Utilizando como referência autores como Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta e Machado de Assis, bem como as experiências pessoais da autora, o texto aborda como o projeto colonial moldou subjetividades, naturalizou desigualdades e consolidou uma cultura de mando e obediência que persiste na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transfobia. Pensamento Social Brasileiro. Colonialidade. Mandonismo. Mulheres trans. Travestis.



1. Introdução

A transfobia no Brasil não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou recente. Trata-se de uma expressão de lógicas históricas e estruturais profundamente enraizadas nos pilares que conformaram a formação social brasileira. Racismo, patriarcado, mandonismo e colonialidade constituem dispositivos de poder que sustentam e atualizam mecanismos de exclusão, disciplinamento e violência contra corpos dissidentes de gênero, especialmente travestis e mulheres trans¹. Este artigo parte da premissa de que essas violências não são desvios da norma social, mas sintomas de um projeto de sociedade que, desde a colonização, define quem pode ou não ocupar o espaço público, quem merece ser reconhecido como pessoa e quem será condenado à subalternidade ou ao apagamento. Ainda assim, é importante reconhecer que esses processos não se dão de forma homogênea ou totalizante. A sociedade brasileira também é atravessada por práticas de resistência, invenção e reexistência que tensionam e desestabilizam essas estruturas, produzindo fissuras nos regimes de exclusão e abrindo possibilidades outras de existência e reconhecimento.

A análise aqui proposta está ancorada em contribuições fundamentais de autoras e autores do pensamento social brasileiro — entre eles, DaMatta (2020), Fernandes (2008), Freyre (2003), Holanda (1995), Schwarcz (2019) e Souza (2017) —, cuja produção crítica permite compreender como se constituem e operam os mitos da cordialidade, da democracia racial, o mandonismo e a produção das hierarquias informais como fundamentos simbólicos e práticos da transfobia cotidiana. Ao mesmo tempo, o artigo mobiliza o pensamento feminista negro, o transfeminismo e a teoria decolonial como ferramentas analíticas indispensáveis para o enfrentamento da desumanização histórica dirigida aos corpos trans e travestis.

¹ Embora a transfobia atinja pessoas trans em suas múltiplas expressões — incluindo mulheres trans, travestis e pessoas transmasculinas —, este artigo centra sua análise nas experiências de travestis e mulheres trans, considerando que, no contexto brasileiro, essas populações têm sido historicamente mais expostas a formas extremas de violência, marginalização e necropolítica. Tal recorte não desconsidera outras experiências, mas delimita o foco analítico do texto.

O objetivo central deste texto não é relatar experiências de violência, que são inúmeras, mas promover uma leitura crítica das engrenagens sociais e culturais que sustentam tais violências. Com isso, busca-se desnaturalizar as formas sutis e explícitas de exclusão e revelar dispositivos de poder que regulam a existência das mulheres trans e travestis no Brasil. A articulação entre transfobia, mandonismo, colonialidade e hierarquias sociais permite compreender não apenas a persistência da marginalização desses corpos, mas também os mecanismos que a legitimam sob a aparência de harmonia nacional.

Por fim, este artigo defende que sobreviver não é suficiente. É necessário reivindicar o direito à vida plena, com dignidade, reconhecimento e justiça, rompendo com os pactos de silenciamento que sustentam a ordem social cisheteronormativa brasileira.

2. A fabricação da harmonia e o apagamento dos conflitos: a história como dispositivo colonial

A construção da identidade nacional brasileira foi marcada por uma narrativa que privilegiou a harmonia aparente e silenciou os conflitos fundacionais da sociedade. Um dos principais instrumentos dessa construção foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, cuja função primordial era forjar uma memória coletiva que apagasse as violências do passado colonial, da escravidão e da dominação patriarcal. Schwarcz (2019) demonstra como o IHGB atuou na elaboração de uma história oficial idealizada, excludente e profundamente elitista. A metáfora dos três rios, proposta por Karl von Martius — sendo o rio caudaloso dos brancos, o rio médio dos indígenas e o pequeno riacho dos negros —, longe de celebrar a diversidade, instituiu uma hierarquia racial que estrutura o imaginário social brasileiro.

Essa lógica encontra ressonância em Gilberto Freyre (2003) que, em *Casa-Grande & Senzala*, elabora a ideia da miscigenação como traço distintivo da identidade brasileira. Embora Freyre reconheça a contribuição cultural dos povos africanos e indígenas, sua obra também contribui para a construção do mito da democracia racial, que minimiza os efeitos históricos do racismo e da escravidão ao sugerir uma convivência pacífica entre os grupos. Tal narrativa, ao enfatizar a



“harmonia das relações”, invisibiliza as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, especialmente as que atingem os corpos dissidentes de gênero, como os de mulheres trans e travestis.

Sergio Buarque de Holanda (1995), por sua vez, revela em *Raízes do Brasil* a centralidade do personalismo e da cordialidade na constituição do Estado e da sociedade brasileira. A cordialidade, entendida como um modo de organização afetiva das relações, esconde uma estrutura de dominação patriarcal que dificulta a impessoalidade das instituições. A aparente tolerância e flexibilidade que caracterizariam o “homem cordial” servem, na prática, para ocultar as exclusões e naturalizar desigualdades, funcionando como um verniz que mascara o autoritarismo e a violência simbólica (CARVALHO; MENZES, 2021), especialmente contra grupos socialmente marginalizados.

A história oficial brasileira, construída com base em apagamentos e romantizações, torna-se assim um dispositivo colonial que naturaliza hierarquias e reforça um senso comum pacificador. Ao negar a existência de conflitos estruturais relacionados à raça, gênero e classe, essa narrativa atua como uma tecnologia de silenciamento. Para as mulheres trans e travestis, isso se traduz em uma condição crônica de não reconhecimento, em que suas denúncias de violência são frequentemente deslegitimadas, tratadas como exageros ou manifestações de vitimismo.

Além disso, autores como Jessé Souza (2017) e Florestan Fernandes (2008) reforçam a importância de desmascarar esse “consenso fabricado”. Souza (2017) denuncia a elite brasileira por perpetuar um sistema simbólico de distinção moral entre as classes, sustentado por um desprezo estrutural às populações subalternizadas. Já Fernandes (2008), ao analisar o pós-abolição, mostra como a exclusão do negro do projeto nacional impediu qualquer forma real de integração — mecanismo esse que se repete, com nuances semelhantes, no que se refere à exclusão das mulheres trans e travestis do direito pleno à cidadania.

Nesse contexto, tal exclusão pode ser compreendida como expressão da transfobia, aqui entendida não como um fenômeno pontual ou meramente atitudinal, mas como uma tecnologia social de poder historicamente produzida. Inspirando-se na formulação de Podestá (2019), a transfobia pode ser compreendida como uma “sanção

normalizadora” dirigida àqueles que transgridem as normas de gênero, operando como um mecanismo de regulação que pune, corrige e busca conter corpos dissidentes. Tal sanção atua tanto no plano discursivo — por meio de discriminações sutis, silenciamentos e deslegitimações — quanto no plano material, manifestando-se em violências físicas extremas, incluindo agressões e assassinatos.

Ao mobilizar essa noção, compreende-se a transfobia como parte de um processo histórico mais amplo, inscrito na formação social brasileira, cujas raízes podem ser rastreadas nos dispositivos de controle moral, corporal e sexual instituídos desde o período colonial, incluindo as práticas inquisitoriais. Esses dispositivos produziram modos de pensar, sentir e agir que atravessam o tempo, conformando subjetividades e sustentando uma ordem social que define quais corpos são aceitáveis e quais devem ser disciplinados ou eliminados.

Assim, neste artigo, a transfobia é compreendida como um dispositivo social, histórico e político de regulação dos corpos e das identidades de gênero, que opera por meio de práticas de deslegitimação, violência simbólica, exclusão institucional e eliminação física de pessoas que desafiam a cisnormatividade. Trata-se, portanto, não apenas de atitudes individuais de preconceito, mas de uma tecnologia social de poder que estrutura relações, produz hierarquias e define quais vidas são reconhecidas como legítimas e quais são relegadas à marginalidade ou à morte (MBEMBE, 2016).

Desse modo, o mito da harmonia racial e da conciliação social deve ser entendido como uma operação ideológica que sustenta a estrutura excludente do Brasil moderno. A crítica à fabricação dessa harmonia é, portanto, essencial para revelar os dispositivos históricos e discursivos que ainda hoje negam humanidade plena às mulheres trans e travestis.

3. Mandonismo, colonialidade e a naturalização das hierarquias

O mandonismo é uma das marcas mais persistentes da formação social brasileira e expressa uma forma de poder pessoalista, autoritária e informal, herdada da estrutura colonial. Trata-se de um padrão



relacional em que as decisões são centralizadas em figuras de mando — homens brancos, proprietários e cisheteronormativos — que exercem autoridade com base na força, na proximidade pessoal e na obediência. Lilia Schwarcz (2019) descreve como essa lógica se perpetua na contemporaneidade, naturalizando as desigualdades e convertendo-as em práticas cotidianas legitimadas socialmente. O sistema de mando e obediência, estruturado na casa-grande e reforçado por instituições como a Igreja, o Estado e a família patriarcal, molda as subjetividades e as relações sociais de forma duradoura.

Roberto DaMatta (2020), ao analisar o autoritarismo brasileiro, destaca a expressão “Você sabe com quem está falando?” como síntese da hierarquia informal que estrutura as interações sociais no Brasil. Essa frase revela a expectativa de deferência diante da autoridade e a distinção entre “pessoas” — protegidas por vínculos e privilégios — e “indivíduos”, expostos à rigidez da norma. Mulheres trans e travestis são, em grande medida, relegadas ao lugar do “indivíduo” sem rede, vivendo o autoritarismo em sua face mais crua, onde o reconhecimento é negado e a violência se torna uma resposta sistemática à sua presença.

Essa dinâmica de exclusão também pode ser compreendida à luz das análises de Sergio Buarque de Holanda (1995). Para o autor, o Estado brasileiro foi fundado sobre relações pessoais e patrimonialistas, nas quais os espaços públicos são apropriados como extensões do espaço privado. Nesse contexto, o “mando” não se submete à impessoalidade das instituições, e a autoridade opera pela via do carisma, da tradição e da violência simbólica. O mandonismo, assim, não é apenas um traço arcaico: é um padrão que se reinventa, particularmente em contextos onde a diferença é percebida como ameaça à ordem heteronormativa e patriarcal.

Gilberto Freyre (2003), por sua vez, ao descrever a estrutura patriarcal da casa-grande, contribui para compreender como a autoridade masculina e branca se institucionalizou como modelo de organização social. Embora sua obra seja marcada por ambiguidades, ao valorizar a miscigenação, Freyre também reforça o papel do “senhor” como centro das relações sociais, invisibilizando os corpos dissidentes que não se enquadram nesse modelo. Mulheres trans e travestis, que rompem com as normas de gênero e subvertem os papéis coloniais, tornam-se, nesse imaginário, figuras que não apenas não pertencem à ordem, mas que precisam ser controladas ou eliminadas.

Jessé Souza (2017) aprofunda essa crítica ao mostrar como o mandonismo se articula com uma visão de mundo elitista e moralizante, que desumaniza os sujeitos das classes populares e racializadas. Para o autor, há uma produção constante de hierarquias simbólicas que definem quem é digno de respeito, proteção ou afeto. No caso das mulheres trans e travestis, essas hierarquias se expressam na negação do direito ao reconhecimento, à cidadania e à integridade física, num ciclo contínuo de exclusão e violência.

A colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), também ajuda a compreender a persistência do mandonismo como tecnologia de dominação. Ao combinar hierarquias raciais, de gênero, de classe e de sexualidade, a colonialidade produz uma matriz de poder que estrutura as formas de existência possíveis no espaço público. Corpos que escapam dessa matriz — como os das mulheres trans e travestis — são tratados como corpos desviantes, ilegítimos e perigosos.

Portanto, o mandonismo no Brasil não é apenas uma herança colonial, mas um dispositivo ativo de exclusão que se atualiza cotidianamente. Ele sustenta uma ordem social que naturaliza a subalternização de determinados corpos e reforça a ideia de que a autoridade e o mando pertencem, por direito, a um sujeito normativo, branco, cisgênero, masculino e proprietário. Mulheres trans e travestis, ao existirem publicamente, rompem com essa lógica e, por isso, são colocadas no centro das tensões mais perversas dessa estrutura. No entanto, tais dinâmicas não operam sem contestação. Mulheres trans, travestis e demais sujeitos dissidentes produzem, cotidianamente, estratégias de enfrentamento, resistência e reexistência que tensionam o mandonismo e a colonialidade, revelando que, mesmo diante de estruturas profundamente enraizadas, há sempre disputas em curso pelos sentidos de existência, reconhecimento e pertencimento.

4. De indivíduo a pessoa: a desumanização como prática social

No pensamento de Roberto DaMatta (2020), a distinção entre “indivíduo” e “pessoa” é central para compreender as formas como as hierarquias sociais operam no Brasil. O “indivíduo” é aquele a quem se



aplicam rigidamente as normas e as leis, sem acesso a flexibilizações ou redes de proteção simbólica e social. Já a “pessoa” é aquela inserida em vínculos sociais e afetivos que lhe conferem privilégios, indulgências e margem para escapar das punições formais. Essa diferenciação revela que o valor atribuído à vida no Brasil não é distribuído de forma igualitária, mas sim condicionado à posição social ocupada por cada sujeito dentro de uma estrutura hierarquizada e excludente.

Essa lógica se manifesta de forma brutal na realidade de grande parte das mulheres trans e travestis brasileiras, que vivenciam processos precoces de rejeição familiar, expulsão de casa e rompimento de laços comunitários. Muitas são forçadas a abandonar o lar ainda na infância ou adolescência, privadas de socialização afetiva, proteção material e acesso a redes de apoio (AUTORA, 2021). O Estado, em vez de acolher essas trajetórias com políticas de cuidado e inclusão, frequentemente reforça essa condição de abandono, tratando esses corpos como “indesejáveis”, invisíveis ou descartáveis. O resultado é uma trajetória marcada pela exclusão sistemática, pela violência institucional e pela precariedade das condições de existência. E com frequência, ao invés de políticas de saúde, educação e assistência, a elas o Estado dirige políticas penais e policiais.

Essa desumanização estrutural não se limita ao plano social ou simbólico — ela impacta diretamente a saúde mental dessas populações. A vivência constante de rejeição, estigmatização e insegurança produz elevados índices de depressão, ansiedade, ideação suicida e uso abusivo de substâncias psicoativas (BRASIL, 2020; SILVA et al., 2021). Nesses contextos, o sofrimento psíquico não deve ser compreendido como uma patologia individual, mas como a expressão coletiva de um trauma social, produzido por uma sociedade que nega reconhecimento e pertencimento a quem desafia seus padrões normativos.

Jessé Souza (2017) contribui para elucidar essa dinâmica ao demonstrar que a desigualdade no Brasil é sustentada por um desprezo moral e simbólico, que antecede e legitima a exclusão material. Aqueles que não se enquadram na imagem idealizada do cidadão — branco, cisgênero, heterossexual e das camadas médias ou altas — são submetidos a uma pedagogia da humilhação, que os empurra para as margens e naturaliza sua inferiorização. Essa lógica não se limita às instituições formais: ela é aprendida e reproduzida cotidianamente por todos. Assim, a violência simbólica e física se torna difusa,

manifestando-se em diversas direções: pessoas cis contra pessoas trans, trans entre si, brancos contra negros, negros entre si, heterossexuais contra homossexuais, cissexuais contra transexuais — e assim por diante.

Esse cenário de competição generalizada e fragmentação social alimenta um estado permanente de vigilância. Mulheres trans e travestis, em particular, por experimentarem esse desprezo, são obrigadas a desenvolver um olhar de 360 graus — um olhar atento e tenso, voltado para todas as direções, pois não sabem de onde virá a próxima violência, nem quando ela acontecerá. Só se sabe que virão. Viver, para essas populações, em função da violência simbólica a que estão submetidas, significa existir em constante alerta, em um ciclo de exaustão, angústia e desconfiança. O lema “salve-se quem puder” deixa de ser uma figura de linguagem para se converter em estratégia real de sobrevivência cotidiana. Ainda assim, esse estado permanente de vigilância não se reduz à paralisia. Ele também se converte, em muitos casos, em formas de elaboração coletiva, construção de redes de apoio e produção de saberes situados, que desafiam as condições impostas e afirmam outras possibilidades de vida.

Florestan Fernandes (2008) oferece uma contribuição importante ao mostrar como, após a abolição da escravidão, a exclusão racial foi rapidamente naturalizada pelo Estado brasileiro, impedindo qualquer forma de integração efetiva da população negra ao projeto de nação. Esse processo encontra eco na exclusão contemporânea das pessoas trans, igualmente tratadas como corpos alheios ao pacto social, e ainda hoje negadas como sujeitos plenos de direitos, humanidade e cidadania.

Portanto, a permanência das mulheres trans e travestis na condição de “indivíduos”, na perspectiva de DaMatta (2020) — desprovidas de laços sociais de proteção, reconhecimento ou respeito — não é fruto do acaso, mas consequência de uma lógica histórica que distribui dignidade de forma seletiva. Essa lógica estrutura não apenas os vínculos sociais, mas também as formas de acesso à vida digna. É ela que empurra esses corpos para uma existência baseada na sobrevivência, onde existir é resistir todos os dias a uma sociedade que insiste em lhes negar o direito à vivência plena, com afetos, segurança, saúde e justiça.



5. A Teoria do Medalhão: sobre quem pode e quem não pode existir

Na crônica *Teoria do Medalhão*, publicada por Machado de Assis (2014), o autor ironiza as exigências sociais de conformidade impostas àqueles que desejam ser aceitos, respeitados e bem-sucedidos na sociedade. O “medalhão” é aquele que, para alcançar legitimidade pública, apaga suas singularidades, reprime seus afetos e molda-se às expectativas normativas do meio social. Trata-se de uma figura que abdica da autenticidade em troca de reconhecimento, respeitabilidade e pertencimento. Escrita no século XIX, essa alegoria permanece extraordinariamente atual, especialmente quando pensamos nos mecanismos de controle social que regulam a circulação e a visibilidade dos corpos dissidentes.

A obra de Machado nos leva a refletir sobre como todos, em alguma medida, constroem suas estratégias de resistência, adaptação e negociação com as normas sociais, guiados pelo desejo de pertencimento e pela busca por ocupar um lugar legítimo no mundo. No entanto, essa possibilidade de integração não é distribuída de maneira igual. Para mulheres trans e travestis, o desejo de inclusão muitas vezes esbarra em uma barreira intransponível: sua existência já é marcada, de partida, como um erro. Em uma sociedade altamente hierarquizada, que atribui valor e dignidade com base em critérios normativos de gênero, raça e classe, esses corpos são empurrados sistematicamente para posições sociais de desvantagem.

Enquanto alguns sujeitos podem, com maior ou menor custo, negociar com as regras e alcançar alguma forma de reconhecimento social, mulheres trans e travestis frequentemente são excluídas da própria possibilidade de negociação. Elas são vistas não como sujeitos desviantes em relação à norma, mas como figuras inassimiláveis, que ameaçam a ordem simbólica e moral que estrutura a sociedade. O espaço de respeitabilidade, de voz e de visibilidade lhes é negado, e sua presença pública frequentemente é recebida com hostilidade, vigilância ou violência.

Nesse sentido, a *Teoria do Medalhão* não apenas ironiza os modos pelos quais a sociedade exige conformidade para legitimar sujeitos, mas também evidencia — ainda que implicitamente — os limites de um

sistema que não oferece espaço possível de existência plena para determinados corpos. O texto de Machado nos obriga a pensar que o problema não está nos indivíduos que não se adaptam, mas na própria norma que exclui e hierarquiza, naturalizando desigualdades e legitimando silenciamentos.

No Brasil contemporâneo, a mobilidade social de pessoas trans, quando possível, frequentemente requer a assimilação de valores cishnormativos e a renúncia ao confronto com a ordem estabelecida. Aquelas que ocupam espaços institucionais ou acadêmicos são, muitas vezes, pressionadas a performar uma versão “aceitável” de si mesmas: domesticada, educada, adaptada às normas cisheteronormativas. Essa pressão pela normatização é um dos eixos do bio-poder, conceito formulado por Michel Foucault (1988), que designa o conjunto de práticas sociais e políticas voltadas ao controle dos corpos e da vida, administrando quem deve viver e sob quais condições.

No entanto, quando as mulheres trans e travestis recusam esse processo de assimilação e mantêm posturas afirmativas, insurgentes ou não normativas — em sua aparência, linguagem ou comportamento — tornam-se, aos olhos do sistema, corpos abjetos, inassimiláveis e ameaçadores. Esses corpos são então submetidos não apenas ao controle disciplinar, mas ao que Achille Mbembe (2016) chama de necropolítica: a política da morte, na qual o Estado (e a sociedade) decide quem é digno de viver e quem pode ser descartado. As elevadas taxas de assassinatos de mulheres trans e travestis no Brasil não são desvios isolados, mas sim a expressão crua de uma estrutura necropolítica que administra a morte social e física dessas existências dissidentes.

Esse processo de aniquilação simbólica e concreta encontra ressonância na crítica feminista decolonial e transfeminista, especialmente em autoras como Sayak Valencia (2010), que sistematiza a “capitalidade do corpo”, mostrando como a violência de gênero está interligada à lógica do capitalismo neoliberal, da colonialidade e da guerra contra as subjetividades insurgentes. Do mesmo modo, Berenice Bento (2017) aponta como os corpos trans, particularmente os de mulheres negras e periféricas, são historicamente marcados por um duplo apagamento: da sua humanidade e da sua singularidade.

Ao resistirem à lógica do “medalhão” — que impõe a renúncia à autenticidade em troca de aceitação —, essas mulheres se afirmam como sujeitos políticos e epistêmicos, desafiando a matriz colonial de poder



que rege o espaço público. A recusa à domesticação das identidades trans revela-se, portanto, um ato radical de existência. E é justamente essa recusa que provoca a reação violenta do sistema, pois ela denuncia a falácia da neutralidade, da cordialidade e da democracia racial que sustentam a ideologia brasileira de harmonia social.

A ideia de que há vidas que podem ser integradas e outras que devem ser eliminadas — seja pela marginalização, seja pelo assassinato — revela o caráter seletivo e excludente da cidadania brasileira. Ao tensionar o que significa “ser alguém” no Brasil, mulheres trans e travestis expõem os limites da democracia formal e reivindicam um novo pacto civilizatório, que inclua todas as formas de existência com dignidade e justiça.

6. Considerações Finais: sobreviver não é viver

A transfobia no Brasil não é apenas um fenômeno social contemporâneo, mas sim a atualização de estruturas coloniais, racistas, cisheteronormativas e patriarcais que moldaram e continuam a moldar a vida social brasileira. A persistência dessa violência cotidiana, simbólica e institucional é sustentada por mitos históricos de harmonia e igualdade que escondem, sob uma falsa aparência de cordialidade, práticas profundas de exclusão e desumanização.

Este artigo não pretendeu, em nenhum momento, oferecer uma leitura descritiva, exaustiva ou definitiva sobre a história do Brasil ou sobre os processos que constituíram a formação nacional. Tampouco se propôs a dar conta da totalidade do pensamento social brasileiro. Ao contrário, o que aqui se apresenta são reflexões iniciais e parciais, atravessadas pelas inquietações teóricas, políticas e afetivas que emergem da construção de uma tese de doutorado. Trata-se de uma análise situada que, ao dialogar com alguns dos principais autores considerados intérpretes do pensamento social brasileiro, visa provocar novas formas de leitura, questionamento e reinterpretação dos sentidos atribuídos à marginalização de mulheres trans e travestis no país.

Este texto é atravessado pela posição social e bases epistemológicas da autora, cuja experiência não é mobilizada como elemento meramente ilustrativo, mas como parte constitutiva da análise. Nesse sentido, a

vivência situada permite evidenciar como os dispositivos de poder aqui discutidos — mandonismo, colonialidade e transfobia — operam não apenas no plano abstrato, mas na produção concreta de subjetividades, afetos e possibilidades de existência. Assim, longe de se restringir a um registro individual, essa experiência se inscreve como dimensão analítica que torna visíveis os efeitos cotidianos das estruturas históricas que organizam a vida social brasileira.

Rasgar os véus dessa falsa harmonia nacional é uma tarefa urgente. É preciso romper com o mandonismo, com o mito da cordialidade e com as hierarquias não ditas que sustentam a violência cotidiana contra mulheres trans e travestis. Sobreviver não pode mais ser o nosso horizonte. É preciso viver — viver plenamente, com dignidade, justiça e direitos.

Nota sobre ética em pesquisa

Este estudo não envolveu coleta de dados com participantes humanos, tratando-se de análise teórica e reflexiva. Assim, não se aplica submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

Declaração sobre uso de inteligência artificial

Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de forma pontual para apoio à revisão linguística, organização textual e adequação às normas editoriais, sem interferência na concepção teórica, no desenvolvimento argumentativo ou na responsabilidade autoral sobre o conteúdo.

Referências:

ASSIS, Machado de. **Teoria do Medalhão**. São Paulo: Sesi-Sp, 2014. 32 p.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e o corpo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.



BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. 329 p.

BRASIL, Nações Unidas. **População trans ainda é mais vulnerável ao estigma e à discriminação no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85007-popula%C3%A7%C3%A3o-trans-ainda-%C3%A9-mais-vulner%C3%A1vel-ao-estigma-e-%C3%A0-discrimina%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

DAMATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando?: estudos sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**: revista do ppgav/eba/ufrj, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=dd98aeb06942e4cb2adb9b47b3ac34e9932aa0e68430d7e91882098a2985c712JmltdHM9MTc1MjYyNDAwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=12d5fa23-24a7-6918-0937-ec232516680e&psq=necropolitica+mbembe+pdf&u=a1aHROcHM6Ly93d3cucHJv>

[Y29tdWoub3JnL3dwLWNvbnRlbnQvdXBsb2Fkcy8yMDE5LzAoL25lY3JvcG9saXRpY2EucGRm&ntb=1](https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873). Acesso em: 16 jul. 2025.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. DOI: <http://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 12 mar. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENNA, Ariane Moreira de. **A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto)etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVA, Glauber Weder dos Santos; MEIRA, Karina Cardoso; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; SENA, Romeika Carla Ferreira de; LINS, Suerda Lillian da Fonseca; DANTAS, Eder Samuel Oliveira; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 4955-4966, out. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.32342019>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4955-4966/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. España: Melusina, 2010.

Surviving is not living: Transphobia, Bossiness, and the Legacies Of Brazilian Social Thought.

Abstract. This article proposes an analysis of the impacts of transphobia in Brazil from the perspective of Brazilian social thought, articulating the concepts of authoritarianism, coloniality, and the subalternization of gender-dissident bodies. The central focus of this reflection is understanding how the historical processes of colonization, enslavement, and authoritarianism structured and continue to structure the marginalization of trans women and transvestites in Brazil. Using authors such as Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta, and Machado de Assis as references, as well as the author's personal experiences, the text addresses how the colonial project shaped subjectivities, naturalized inequalities, and consolidated a culture of command and obedience that persists in contemporary times.

PALAVRAS-CHAVE: Transphobia. Brazilian Social Thought. Coloniality. Bossiness. Trans women. Transvestites.

Ariane MOREIRA DE SENNA,

Psicóloga (CRP-03/14529),

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ) e mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente atua como

Assessora Técnico-Acadêmica do Núcleo UERJ, assessorando o

Programa Rio sem LGBTIfobia. Desenvolve pesquisas nas áreas de transfobia, pensamento social brasileiro, saúde mental de pessoas trans e travestis, gênero, sexualidade, direitos humanos e relações raciais.

<https://orcid.org/0000-0001-8185-6844>

Recebido em: 31/01/2026

Aprovado em: 19/04/2026